

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COLÉGIO DE PROCURADORES  
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
ATO (I) N.º 013/93 - CPJ-CSMP, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1993  
(PT. Nº 32.848/93-PGJ)**

Revogado pela [Resolução nº 484 – CPJ](#), de 5 de outubro de 2006

**Regulamenta os recursos cabíveis no inquérito civil.**

**O ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA e o CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO,**

**Considerando** que a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo (Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, publicada no DOE de 27.11.93), tornou recorríveis o indeferimento de representação para instauração de inquérito civil (Artigo 107, §§ 1º e 2º) e a instauração de inquérito civil (Artigo 108, § 1º), ao Conselho Superior do Ministério Público;

**Considerando** a necessidade de se fixar o procedimento a ser observado na interposição, processamento e julgamento desses recursos,

**Resolvem** editar o seguinte **ATO**:

**Capítulo I**

**Do recurso contra indeferimento de representação  
para instauração de inquérito civil**

Art. 1º - O indeferimento de representação para instauração de inquérito civil deverá ser fundamentado e do teor da decisão dar-se-á ciência ao representante, juntando-se o respectivo comprovante nos autos.

Art. 2º - Do indeferimento de que cuida o artigo anterior caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que o representante tomou ciência da decisão.

§ 1º - O recurso, acompanhado das respectivas razões, será interposto perante a Procuradoria-Geral de Justiça ou a Promotoria de Justiça, conforme o caso, certificando-se nos autos o dia e hora de sua entrega.

§ 2º - O membro do Ministério Público poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, reconsiderar a decisão recorrida.

§ 3º - Findo o prazo do parágrafo anterior e não havendo reconsideração, os autos serão obrigatoriamente encaminhados, imediatamente, ao Conselho Superior do Ministério Público, em despacho fundamentado, no prazo de 2 (dois) dias.

## **Capítulo II**

### **Do recurso contra a instauração de inquérito civil**

Art. 3º - Da instauração do inquérito civil caberá recurso do interessado ao Conselho Superior do Ministério Público, com efeito suspensivo.

§ 1º - Considera-se interessado aquele contra o qual poderá ser ajuizada a ação civil pública.

§ 2º - O prazo de interposição do recurso será de 5 (cinco) dias a contar da ciência inequívoca do ato impugnado.

Art. 4º - O recurso, acompanhado das respectivas razões, será interposto perante a Procuradoria-Geral de Justiça ou a Promotoria de Justiça, conforme o caso, onde o inquérito estiver tramitando.

Parágrafo único - O dia e a hora da entrega do recurso serão certificados nos autos do inquérito, dando-se ao recorrente documento que comprove esse fato.

Art. 5º - O membro do Ministério Público terá o prazo de 2 (dois) dias para receber ou não o recurso.

§ 1º - Ao receber o recurso, sempre com efeito suspensivo, o membro do Ministério Público poderá lançar nos autos do inquérito manifestação de sustentação do ato impugnado.

§ 2º - O recurso subirá nos próprios autos do inquérito civil, que deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 2 (dois) dias.

§ 3º - O não recebimento do recurso será motivado, intimando-se o recorrente.

### **Capítulo III**

#### **Do pedido de revisão do não recebimento do recurso contra instauração de inquérito civil**

Art. 6º - Do não recebimento do recurso caberá pedido de revisão do interessado, com efeito devolutivo, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação, e será autuado em apartado.

§ 1º - O pedido de revisão será protocolado na Procuradoria-Geral de Justiça ou na Promotoria de Justiça de origem, conforme o caso, instruído, pelo recorrente, com cópia da portaria inicial, da decisão do não recebimento do recurso e da intimação deste ato, além de outros que entender necessários.

§ 2º - Antes de encaminhar o expediente ao Conselho Superior do Ministério Público, o membro do Ministério Público poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, reconsiderar a decisão recorrida.

§ 3º - Findo o prazo do parágrafo anterior e não havendo reconsideração, os autos serão encaminhados imediatamente ao Conselho Superior do Ministério Público, em despacho fundamentado, podendo juntar outras peças do inquérito civil.

### **Capítulo IV**

#### **Do procedimento dos recursos no Conselho Superior do Ministério Público**

Art. 7º - A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público registrará em livros próprios, respectivamente, o recurso interposto contra o indeferimento de representação para instauração de inquérito civil, o recurso contra a instauração de inquérito civil e o pedido de revisão, que serão imediatamente distribuídos entre os membros do Conselho Superior, de

acordo com a ordem estabelecida para o rodízio, fixada mediante sorteio realizado na primeira reunião anual, e obedecida a ordem numérica do protocolo do Ministério Público.

§ 1º - A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, no dia útil imediato ao do recebimento e distribuição, deverá providenciar a entrega do recurso ao Conselheiro Relator, publicando-se no Diário Oficial a data do julgamento.

§ 2º - O Conselheiro Relator terá 48 (quarenta e oito) horas para elaborar seu voto, a contar do recebimento dos autos, e o recurso será objeto de deliberação na primeira reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público que se seguir.

§ 3º - O Conselheiro Relator apresentará seu voto e em seguida serão proferidos os votos dos demais Conselheiros, seguindo-se a ordem de votação do dia da reunião.

§ 4º - A sessão de julgamento será pública, vedada a sustentação oral.

§ 5º - Tratando-se de recurso contra decisão do Procurador-Geral de Justiça este não participará da sessão de julgamento, que será presidida pelo seu substituto legal.

Art. 8º - Sempre que o relator entender imprescindível alguma informação complementar para a apresentação de seu voto sobre o mérito do recurso, no prazo do § 2º do artigo anterior, poderá converter o julgamento em diligência, independentemente de deliberação pelo Conselho Superior do Ministério Público.

§ 1º - O Conselheiro Relator formulará os quesitos necessários, encaminhando o expediente à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, que providenciará o seu imediato cumprimento.

§ 2º - O membro do Ministério Público ou o interessado terão 5 (cinco) dias para cumprir as diligências, a contar da ciência da requisição.

§ 3º - O não atendimento da requisição por parte do interessado poderá prejudicar o recurso.

§ 4º - A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público deverá, no dia seguinte ao do recebimento da resposta, encaminhá-la ao Conselheiro Relator, que apresentará seu voto na primeira reunião ordinária.

Art. 9º - É facultado a qualquer membro do Conselho Superior do Ministério Público, na sessão de julgamento, pedir vista dos autos, que permanecerá na própria Secretaria, correndo o prazo em comum para todos os demais.

Parágrafo único - No caso deste artigo, o julgamento ocorrerá obrigatoriamente na primeira reunião ordinária seguinte.

Art. 10 - O recurso ou o pedido de revisão deverá ser julgado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da entrada dos autos na Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 1º - Do julgamento não cabe nenhum outro recurso ou pedido de reconsideração.

§ 2º - Denegado o recurso, cessa de imediato o seu efeito suspensivo, devendo a devolução dos autos do inquérito civil ocorrer no prazo de 3 (três) dias, a contar do julgamento. No mesmo prazo, o pedido de revisão será devolvido, para ser acostado aos autos do inquérito civil.

Art. 11 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o disposto no parágrafo único do artigo 3º do [Ato \(I\) nº 06/93-PGJ-CSMP-CGMP](#), de 06.05.93 (DOE de 08.05.93).

São Paulo, 02 de dezembro de 1993.

**ANTONIO ARALDO FERRAZ DAL POZZO**  
Procurador-Geral de Justiça, Presidente do  
Conselho Superior do Ministério Público e do  
Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça

*Publicado em:* DOE, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 3 de dezembro de 1993.